



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE FILOSOFIA

Milton Juliano da Silva Júnior
09/46982

ENSAIO SOBRE TEOLOGIA POLÍTICA COMO CRÍTICA À SUPOSTA
SECULARIDADE CONTEMPORÂNEA.

Brasília
2011

Milton Juliano da Silva Júnior

09/46982

ENSAIO SOBRE TEOLOGIA POLÍTICA COMO CRÍTICA À SUPOSTA
SECULARIDADE CONTEMPORÂNEA.

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Dr. Hubert Jean-François Cormier

Brasília

2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE FILOSOFIA

Milton Juliano da Silva Júnior

09/46982

ENSAIO SOBRE TEOLOGIA POLÍTICA COMO CRÍTICA À SUPOSTA
SECULARIDADE CONTEMPORÂNEA.

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia.

Banca Examinadora:

Orientador: Dr. Hubert Jean-François Cormier

Dr. Julio Ramón Cabrera Alvarez

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio e pelas discussões tão calorosas e edificantes, e a minha namorada Rosy *sine qua non*.

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de mostrar os problemas filosóficos, do ponto de vista secular da contemporaneidade, que tem ganhado cada vez mais força até nos movimentos políticos de defesa dos Direitos Humanos. Começamos trazendo a discussão Hobbes e sua teoria política que é ainda hoje considerada uma das fontes máximas da política contemporânea, demonstrando que ele já tinha consciência da inseparabilidade da religiosidade da política. Ele constrói uma política claramente religiosa, e a partir desse ponto chego ao cerne do trabalho que é a crítica à secularidade, mostrando que ela ainda guarda princípios metafísicos profundamente religiosos, ainda pulsa no seu seio a teologia política da época em que Deus vivia. Existe um sentimento profundamente gnóstico nessa secularidade uma tentativa de construir um paraíso terreno, uma escatologia. Essa tentativa de fugir do antigo Deus e de sua autoridade, e ao mesmo tempo queda na autoridade divina de indivíduos políticos e em uma linguagem banhada em metafísica religiosa não é por acaso, é uma atitude de má-fé, uma tentativa desesperada de fugir de suas próprias conclusões, é a fuga do nada.

Palavras Chave: Teologia Política, Secularização, Niilismo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	
INTRODUÇÃO.....	Pg.7
PARTE I	
O que é teologia política.....	Pg.8
A religião civil de Thomas Hobbes.....	Pg.9
PARTE II	
A política contemporânea.....	Pg.21
A questão da liberdade.....	Pg.22
O preço da liberdade.....	Pg.29
O nada.....	Pg.32
CONCLUSÃO.....	Pg.37
BIBLIOGRAFIA.....	Pg.42
Outras Referências.....	Pg.42

INTRODUÇÃO

A base de nosso trabalho será o livro *Leviatã*, onde Thomas Hobbes faz uma das primeiras tentativas na história da política de “secularizar” totalmente o Estado, a bem da verdade Hobbes nunca fala de secularização seus comentadores¹ que falam, a proposta de Hobbes parece ser simplesmente estabilizar a política com uma base metafísica única para todos os homens que seria o que o Estado disser que é o fundamento. E a partir dessa proposta demonstrar sua atualidade e evidenciar a ausência de racionalidade na fundamentação moderna.

Em segundo plano vou trabalhar com a noção de liberdade e relacioná-la ao conceito de niilismo mostrando sua influência na obra de Hobbes e também na política contemporânea, unindo argumentos de MacIntyre, Sartre e outros, como um todo para assim caracterizar as falhas e incoerências ontológicas na política, e a contradição imensa na sua linguagem ética ainda profundamente carregada de metafísica religiosa, considerando ainda haver um solo firme que ela mesma [a contemporaneidade] supõe ter destruído, e esse uso não ocorre simplesmente por acaso, mas de má-fé, na perspectiva sartreana do termo.

¹ Carl Schmitt, Renato Janine Ribeiro e etc.

Parte I

O QUE É TEOLOGIA POLÍTICA

É toda e qualquer política que se baseie em argumentos teológicos, em argumentos evidentemente religiosos e fundamentados em crença.

Assim sendo toda obra que seja dada como metafísica, aquilo que se tenta colocar como estrutura última, aquilo que sustenta a si mesmo, por isso está além do que o conhecimento humano pode alcançar com a própria razão, tudo aquilo que de alguma forma precisa ser simplesmente acreditado para ter significado, que precisa recorrer a uma parada dogmática, e de alguma forma se relaciona com a ética afirmativa medieval é puramente religioso nessa concepção. Logo Teologia Política nesse trabalho será ampliada a um grau muito maior do que normalmente é utilizada pelos pesquisadores da área.

Existe uma linha de pesquisadores dessa área que trabalha exatamente a influência da Teologia Política na política contemporânea, tentando encontrar o que na política contemporânea tem base em textos sagrados, em esperanças de religiões antigas e coisas do tipo. No caso de nosso trabalho o foco será também encontrar a Teologia na política contemporânea, mas sem tentar encontrar as bases sagradas antigas do que se está fazendo, mas evidenciando que o que se está fazendo é algo sacralizado, religioso, profundamente baseado em fé o que contradiz o próprio discurso contemporâneo.

Nas palavras de Schmitt “todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderna, são conceitos teológicos secularizados.” (SCHMITT, 2006: 35) a questão é que a religião secularizada dessa forma que apresentaremos, não deixa de ser religião.

A RELIGIÃO CIVIL DE THOMAS HOBBS

A religião em Hobbes é um instrumento maior para o controle do Estado, e dos participantes do pacto social, ele pega como pano de fundo religioso o próprio cristianismo para ser a base do Estado que ele formula. A religião e o Estado são o Leviatã em Hobbes são a mesma coisa, não há mais diferenças entre os dois, os dois são um e são absolutamente inseparáveis, sob o risco de causar uma guerra civil, como no desenho da capa do livro “*O Leviatã*” original, cada um é um braço do grande Estado, poder secular e poder religioso, são braços do Leviatã.

O primeiro diagnóstico de Hobbes sobre a religião é o seu poder avassalador contra as estruturas fundamentais do Estado, a religião trabalha no plano do extra-cotidiano, no plano da pura significação da vida, da finalidade e origem, o que torna seu peso para os indivíduos muito grande, e se torna até mais poderosa do que o próprio Estado isoladamente, e assim acumula um poder extremamente perigoso para a estabilidade civil, e do próprio pacto social.

Tendo isso em mente Hobbes começa um processo que seus comentadores chamaram normalmente de secularização, no entanto, partilho da idéia² que não há de fato uma secularização, porque não há ambiente realmente secular, ou seja, separado de algo religioso em Hobbes, sendo assim chamarei de a religião civil essa estrutura que Hobbes constrói, que não será nem propriamente uma religião no modelo clássico, nem mesmo uma política secular, mas a união das duas, ou dos dois braços do Leviatã, conceito que resume tudo o que será dito sobre o Leviatã nessa parte.

² Idéia essa que será amplamente trabalhada nessa monografia.

Esse processo de propagação da religião estatal³ para estabilização, ou fundamentação de um ambiente sob o qual todos os indivíduos estariam sujeitos, é anunciado por Hobbes inicialmente com uma tentativa de adaptar as doutrinas cristãs e reinterpretar a Bíblia de acordo com sua teoria política, e de acordo com a necessidade do Estado de fundamentação metafísica para se justificar. Assim ele dirá que o “o Reino de Deus é um reino civil” (HOBBS, 1979: 245), e dirá que o Estado, ou os reis são os únicos com poder para interpretar os mandamentos divinos “...aqueles que ocupam o lugar de Abraão num Estado são os únicos intérpretes daquilo que Deus falou.” (HOBBS, 1979: p. 279).

A guerra de todos contra todos viria como consequência de uma não adaptação dos indivíduos à religião estatal. Hobbes dirá que se não houver uma unificação das visões humanas sobre qual o fundamento último da realidade, não há como evitar uma crise avassaladora, esse fundamento último será determinado pela autoridade estatal, pelo Leviatã, e deve ser respeitado como a própria palavra de Deus. E mais, as revoltas civis contra a autoridade real, na interpretação bíblica de Hobbes são consideradas como revoltas contra o próprio Deus: “Porque as palavras, <<nos revoltardes contra Deus nosso senhor>> são neste lugar equivalentes a <<vos revoltardes contra vosso rei>>.” (HOBBS, 1979: p. 223).

Revestido de todo esse poder sobre humano, o Leviatã, esse semideus, evita o caos metafísico que sobreviria aos homens se não houvesse uma autoridade maior do que eles mesmos, algo que os transcendesse de alguma forma, eles agiriam no seu próprio Estado de natureza, e de forma ainda mais grave, isso ele não previu, porque os seres humanos podem questionar e desrespeitar os próprios instintos, algo que é impensável aos animais.

Uma religião única essa é a oferta e a exigência do Leviatã, pois o “Estado é apenas uma pessoa, deve apresentar a Deus um só culto, o que faz quando ordena que seja ostentado pelos

³ Religião estatal será utilizada como sinônimo de religião civil, nesse trabalho, sendo usada normalmente para evidenciar o caráter impositivo do estado nessa religião.

particulares. E isto é culto público, cuja propriedade é ser uniforme...” (HOBBS, 1979: p. 223). Precisa necessariamente ser uniforme, de fato porque se fossem vários acabaria levando a várias religiões, a estrutura fundamental é a mesma então o culto precisa ser o mesmo. Não importa se você é judeu, cristão, muçulmano, participa do candomblé o indivíduo não poderá desrespeitar as leis do Estado, acredite no que quiser, mas viva como um cidadão do pacto.

É preciso uma unidade, a unidade originária, a unidade entre religião e Estado, a unidade entre as opiniões conflitantes, é necessário uma unidade para que possa haver uma sociedade, se cada um tem uma opinião não tem como seguir como um Estado, a ética precisa ser unificada ou o Estado certamente cairá no caos da guerra de todos contra todos. Por isso é preciso um deus que imponha essa unidade, um deus mortal que unifique essas posições em uma só, que será a posição do todo. Como diz Schmitt “Porque a maravilhosa armadura de uma organização estatal moderna exige uma vontade unitária e um espírito também unitário.” (SCHMITT, 20??: p. 77).

Os “particulares” podem ter religiões, acreditar em coisas de qualquer natureza desde que isso não vá contra a religião pública.

“um particular tem sempre a liberdade (visto que o pensamento é livre) de acreditar ou não acreditar, em seu foro íntimo... Mas quando se trata da profissão pública dessa fé a razão privada deve submeter-se à razão pública, quer dizer, ao lugar-tenente de Deus.” (HOBBS, 1979: p. 264)

O foro íntimo é o lugar onde os homens podem acreditar, e viver sua fé, mas no foro público todos devem viver e seguir os preceitos da religião civil, de forma clara, não há espaço na prática para um questionamento dos preceitos determinados pelo Estado.

Schmitt centralizará toda essa questão como uma das mais importantes na teoria política de Hobbes, nas palavras dele:

“O importante é que o gérmen que Hobbes pôs ao assentar aquela reserva da fé privada e sua distinção entre a fé íntima e a confissão externa, germina logo com força incontestável e se converte em convicção dominante.

A cisão entre o foro interno e externo, o público e o privado, não só chegou a dominar o pensamento jurídico, mas respondia também a convicção geral de todo o mundo culto. A redução do foro próprio do Estado ao culto puramente externo que levou a cabo Spinoza é também a tese fundamental da dissertação estrasburguiana de Goethe, dedicada as relações entre a igreja e o Estado. Seu conteúdo foi retomando por Goethe na “Poesia e Verdade”, quando descreve a etapa de Estrasburgo. A igreja – diz o jovem Goethe – sempre pugna em duas frentes: frente ao Estado e frente à necessidade de liberdade do indivíduo. Árduo problema, somente se resolve fazendo com que o legislador determine ao seu arbítrio o culto que todos hão de seguir externamente. Além disso, adiciona Goethe expressamente, “não se ventila aqui o problema do que cada qual, pense, sinta ou sonhe no seu foro interno”. O Estado absoluto pode exigir tudo, mas só externamente. O *cujus regio ejus religio* se cumpre, mas a religião se translada clandestinamente a um novo campo distinto e inesperado; a esfera da liberdade privada do indivíduo que pensa sente e opina livremente.”(SCHMITT, 20??: P.59) grifo meu.

E aqui se atinge o sentimento moderno de cisão completa do indivíduo em sua opinião particular e a opinião pública, a grandiosidade de Hobbes, é que ele trabalha esse tema de diversas formas o livro inteiro, essa separação entre o agir público e o privado, a opinião do Leviatã e a opinião do indivíduo. A soberania do Leviatã está na definição de como deve ser o agir público de todos os seus cidadãos, não há espaço para uma confissão pública distinta da definida expressamente por ele. Só ele pode decidir sobre o agir em público, mas no campo privado é possível a religião e as crenças, assim cada vez mais a religião, não estatal, ou mesmo a opinião individual confessional vai sendo colocada no campo privado do indivíduo.

Como estabilização do governo é preciso que não haja nem um motivo maior que os motivos pregados pelo Estado para matar ou morrer, assim sendo, Hobbes dirá que não há motivos para que haja mártires, posto que todos os cristãos estão autorizados a negar a Cristo (HOBBS, 1979: 295)., nas palavras dele:

“tudo aquilo que um súdito,..., é obrigado a fazer em obediência a seu país, não é uma ação propriamente sua, e sim de seu soberano; e neste caso não é ele quem nega Cristo perante os homens, mas seu governante e as leis de seu país.” (HOBBS, 1979: 295).

Essa separação extremada daquilo que o súdito, ou o cidadão professa com seus atos ou palavras e aquilo que ele acredita no seu íntimo é extremamente ressaltada como justificativa para obediência total ao Leviatã, todos devem agir de acordo com a religião civil, e as determinações soberanas do Leviatã, mesmo que sejam por fé contra elas, sua fé não pode

afetar sua obediência as leis, até porque em última instância o supremo sacerdote de todas as religiões é o Estado.

A intenção de Hobbes de adicionar a religião à sua teoria política foi uma clara interpretação da realidade social como necessariamente religiosa. Ele dá a autoridade completa dessa religião ao governante, a unificação religiosa, evita que os homens questionem o preceito básico do Estado, do pacto, preservação da propriedade, incluindo a propriedade da vida. Só há possibilidade do pacto ser efetivado se as pessoas que participam dele cederem suas liberdades individuais e até mesmo alguns direitos naturais ao Leviatã para que assim ele possa, como “Lugar tenente de Deus”, criar uma religião civil, criar limites e preceitos de convivência metafísicos, estruturar a ética e interpretar em última instância a realidade.

Existem várias confusões que muitas vezes o leitor comum faz ao ler a obra de Hobbes, a primeira é a tentativa de seccionar sua obra, retirando apenas suas palavras sobre o pacto social, a questão é que o pacto social não se justifica isoladamente, e o poder absoluto e sobre humano do Leviatã só é aceitável para Hobbes se o Leviatã for realmente o representante de Deus na terra, porque só uma autoridade divina poderia legitimar um governante a governar com tamanho poder.

Chama atenção em Hobbes, em relação à contemporaneidade, que ele perceba que não há como não estabelecer uma metafísica clara e que essa metafísica se assuma não somente como metafísica, mas propriamente como religião. Hobbes leva sua religiosidade aos conceitos políticos evidenciando que não há justificativas para o Estado moderno exercer um poder tão extremo se não por vias religiosas, poder de matar, de prender, de decidir o certo e o errado, o justo e o injusto, o que pode ser feito em público e o que não pode, esse poder era para Hobbes necessariamente religioso, e na análise desse trabalho ainda o é.

A diferença da Teologia Política de Hobbes para a Teologia Política contemporânea é que atualmente não há tentativa de justificar porque o Estado tem tanto poder, apenas se assume que ele tem todo esse poder do Leviatã, sem questionamentos maiores. Para os contemporâneos Hobbes seria ainda conservador por chamar de monstro esse Estado poderosíssimo, e por achar que precisa de uma justificativa divina para que ele exista, como capaz de definir até o que é sagrado e o que não é, e mesmo capaz de tirar dos indivíduos seus próprios direitos naturais como a vida e a liberdade.

O Estado contemporâneo continua fazendo tudo isso e não há mais escândalo, porque ele esta há tanto tempo sob a religião civil que ela não se parece mais com uma religião, ela já é a própria realidade inegável. Assim quando aparece afirmações profundamente metafísicas que usam palavras como dignidade humana, pessoa humana, justiça, degradação, humilhante, que supõe uma escatologia de paraíso terrestre baseado na bondade mutua, todos as assumem como auto-evidentes sem perceber que isso é um argumento religioso, um argumento teológico político, como todo e qualquer argumento político, determinado por um Leviatã que é uma ou um grupo de pessoas.

Outro aspecto que Hobbes previu foi que se as religiões aceitas pelo Estado quisessem arrogar para si crenças não materiais, como premiações, ou bênçãos eternas, por exemplo céu, ou também como punições eternas, como o inferno, se as religiões pudessem punir as pessoas com essas coisas ou abençoá-las dessa forma, o poder do governante seria completamente enfraquecido, pois para Hobbes “ é impossível um Estado subsistir se qualquer outro, que não o soberano, tiver o poder de dar recompensas maiores que a vida, ou de aplicar castigos maiores que a morte.” (HOBBS, 1979: 265). O Estado precisa ter em suas mãos os poderes, espirituais, assim sendo, recompensas ou punições maiores que os naturais, se existirem, necessariamente precisam estar nas mãos do Leviatã. Assim HOBBS elimina a existência de

inferno⁴, elimina também a existência de um poder tão grande que pudesse colocar em risco a própria estabilidade do Estado que seria a figura de Satanás⁵ e também quando vier a segunda morte prevista na Bíblia essa será definitiva, não haverá uma dor eterna, a segunda morte será o fim dos pecadores⁶ e ele finalmente define a escatologia de sua religião civil em todas as suas formas, reinterpretando a Bíblia:

“ diz São Pedro: <<Não obstante esperamos, conforme sua promessa, novos céus e uma nova terra.>> É este aquele mundo onde Cristo depois de descer dos céus, por entre as nuvens, com grande poder e glória, enviará seus anjos, e reunirá a seus eleitos, idos dos quatro ventos e dos lugares mais longínquos da terra, para a partir de então reinar sobre eles (abaixo de seu Pai), perpetuamente.” (HOBBS, 1979: p.274)

O reino dos céus, ou o reino de Deus propriamente dito voltará sobre a terra, e o reino civil é uma forma de preparar os homens para essa volta. E os governantes são como os patriarcas do antigo testamento, são sacerdotes ou como ele diria, vice-reis ou Sumo Sacerdotes do rei que é Deus e que virá para exercer o reinado último⁷.

Nesse trecho que foi exposto, se torna inegável o gnosticismo⁸ presente em sua argumentação, a esperança no reino dos céus terrestre, governado pelo próprio Cristo⁹, é a cartada escatológica final de sua obra, que serve como objetivo último de todos os cidadãos, e obedecer ao rei e ao Estado é a única forma de servir a Deus realmente, posto que o Estado é o único acesso do homem a Deus, isso fica mais evidente quando ele coloca que o Leviatã é o Sumo Sacerdote, e também o lugar-tenente de Deus. Eric Voegelin dirá inclusive que o gnosticismo perpassa toda teoria política contemporânea incluindo marxismo e liberalismo, que tem como finalidade original um Estado último perfeito.

⁴ HOBBS(1979) P. 269

⁵ HOBBS(1979) P. 271

⁶ HOBBS(1979) P. 272

⁷ HOBBS(1979) P. 244

⁸ Eu uso gnosticismo aqui e nesse trabalho inteiro, como corrente cristã de interpretação dos textos sagrados, com a perspectiva imanentista, que postula o paraíso terrestre como finalidade última do cristão. Heresia clássica do cristianismo que teve grande força nos primeiros séculos depois de Cristo.

⁹ HOBBS(1979) P. 274

Hobbes destitui o cristianismo de qualquer espiritualismo clássico, construindo um cristianismo materialista onde demônios, Inferno, Céu(para homens), são puramente interpretações erradas da palavra de Deus, para ele o cristianismo se resume em viver de acordo com a palavra de Cristo, na medida em que isso mantêm a construção e a estabilidade do Estado, ele fala explicitamente que o reino de Deus, é um reino civil, e que deve-se amar ao Estado como os judeus amavam a Deus¹⁰, por isso o objetivo do cristão é seguir o profeta absoluto do Estado, o Leviatã. O homem quando morto se for justo vai aguardar ainda morto, até o dia do juízo final quando iniciará o Estado perfeito, onde Jesus será o rei absoluto sobre os homens e assim encontraremos o paraíso na terra, esse reinado está sendo preparado progressivamente pelos atuais reis, profetas desse futuro iluminado, se o homem for mal simplesmente irá morrer a segunda morte, de forma definitiva.

Um ponto extremamente relevante no livro é esse conflito que Hobbes tenta solucionar entre a metafísica religiosa e a metafísica do Estado. Ele passa o livro todo tirando os poderes extra mundanos da religião, constituindo uma religião absolutamente mundana, e toda a metafísica religiosa de Hobbes é estruturada pelo Estado. Posto que se não fosse assim não haveria como existir uma união de fato entre os participantes do pacto. O Estado vai dar liberdade para o exercício das religiões desde que essas religiões não tentem criar metafísicas de forma a modificar a profissão pública da fé de seus participantes, é uma liberdade para se encaixar.

O revestimento estatal de poder eclesiástico se aprofunda cada vez mais, e cada vez mais Hobbes pega os elementos religiosos, para justificar, em última instância esse poder tão imenso que o Estado/Leviatã acumula em seus braços. Para justificar a interpretação do poder do Leviatã de outorgar leis que são revestidas de autoridade divina, Hobbes invoca uma

¹⁰ HOBBS(1979) P.203/204

interpretação bíblica sobre o papel de Esdras como o reformulador das leis divinas dos judeus, “Ora, dado que Esdras era o Sumo Sacerdote, e que o Sumo Sacerdote era seu [do povo judeu] soberano civil, é manifesto que as Escrituras só foram tornadas leis pelo poder civil soberano.”(HOBBS, 1979: 307). Ele cita também o papel determinante de Constantino na escolha dos livros para o *canon* do novo testamento¹¹. Assim dando ao soberano civil o poder de criar, ou interpretar, leis divinas por meio do seu poder civil. Ele termina essa argumentação dizendo

“Portanto, quando algum outro homem nos propõe quaisquer outras regras, as quais o soberano governante não haja prescrito, elas não passam de conselhos... e quando contrários a leis estabelecidos não é possível segui-los sem injustiça, por melhores que pareçam ser.”(HOBBS, 1979: 308).

Para ele também o papel do profeta é rechaçado, na visão dele o “lugar-tenente” de Deus é o soberano, por isso ele é o profeta soberano¹² também na interpretação das escrituras, e o que ele fala, assim como as palavras de Moisés e Abraão não deve ser questionado, e sim pensado como a palavra de Deus. Assim qualquer rebelião contra o soberano inspirada na palavra de Deus é de principio errada posto que só o soberano pode interpretar a palavra, e também que o soberano é o representante de Deus, logo se Deus fosse falar algo diria primeiro a ele, e por fim ele diz que se revoltar contra o soberano, é equivalente a se revoltar contra Deus.

No livro *Leviatã*, Hobbes coloca o soberano como o pai de família, e os sacerdotes religiosos como os professores, os professores podem aconselhar, mas o pai que deve dizer se aquele aconselhamento é verdadeiro ou falso, ele é quem determina a ação da família. É interessante essa visão paternalista do Estado em relação ao cidadão, porque é a mesma visão que vai ser reproduzida pelo iluminismo na figura do legislador.

¹¹ Ibidem

¹² HOBBS(1979) P.257

A concepção de que a natureza humana é imperfeita e deve ser corrigida, foi a visão da natureza que prevaleceu na política, graças ao iluminismo, uma visão como já foi dito que pressupõem o homem como ingênuo, nesse caso o legislador é quem vai salvar o homem de sua condição vai guiá-lo, como diz Schmitt “...o Deus onipotente tornou-se o legislador onipotente” (SCHMITT, 2006: p. 13) .

A teologia política moderna é estruturada sobre um sentimento confuso, na Europa ao final da idade média procurava-se uma doutrina que unisse os homens nos países, que os torna-se um povo em cada região, uma nação, isso era bom do ponto de vista político, econômico e mesmo militar. Inicialmente a política repetiu claramente as doutrinas cristãs postulando o monarca como colocado por Deus, o absolutismo foi uma analogia sem máscaras, afinal a única coisa realmente comum na época àqueles povos era a compreensão vaga de uma religiosidade cristã, nessa compreensão a idéia de autoridade sacerdotal era razoavelmente clara, criou-se então convenientemente uma idéia de que a autoridade terrena da mesma forma que a autoridade eclesiástica era colocada por Deus.

A exposição do pensamento do Estado como “*Homem magno*” de Descartes é realmente interessante em Hobbes porque o processo como sublinha Schmitt inicia no homem mecanizando o Estado e por fim ele se mecaniza, para se adaptar a esse Leviatã mecanizado nas palavras de Schmitt:

“ E quando o “Homem magno”[Estado] , com seu corpo e sua alma, se converteu em máquina também se fez possível que a transposição seguisse o caminho inverso e que o homem pequeno, o indivíduo, se transformasse em *homme machine*. Foi a mecanização da idéia de Estado que levou a perfeição o processo de mecanização da imagem antropológica do homem” (SCHMITT, 20??: p. 37).

Quando Hobbes transformou o Estado num produto do homem, numa criação do cálculo humano, ainda que com uma justificação metafísica baseada em Deus, mas ainda assim em sua profundidade humano e racional, um Estado agora que é fruto da vontade humana não uma criação divina, assim ele dá o primeiro passo para o desenvolvimento do Estado

moderno, o Estado científico, esse seria o Estado da razão, nesse sentido Hobbes inicia o “século das luzes”, século XVIII.

Esse Estado (leia-se Leviatã) máquina, é instrumento neutro, assim sendo pode ser usado em qualquer fim, já que não tem em si uma natureza, apesar de ter uma função, daí nasce o mito da neutralidade do Estado, que vai inspirar profundamente pensamentos positivistas, e vai ser considerado até os dias atuais podendo assim ser usado para os mais diversos fins, como bem salienta Schmitt: “A democracia liberal ocidental coincide com o marxismo bolchevique em considerar o Estado como um aparato do que as mais diversas forças políticas possam servir-se a vontade de instrumento técnico neutro.” (SCHMITT, 20??: p. 40).

A idéia inclusive defendida por Carl Schmitt de que Hobbes constrói o Estado neutro, não é condizente com a deste trabalho, pela análise feita nesses trechos não ousaria falar dessa forma. O que Hobbes constrói com esse livro é um Estado em que existe uma posição muito bem definida, e não se deve ter nem uma posição expressamente contrária a essa. Isso definitivamente não é ser neutro. É um Estado pré-iluminista, inclusive Schmitt também dirá que Hobbes é o inaugurador do século XVIII (século das luzes), a neutralidade é apenas uma fantasia que se desfaz se nos aproximarmos da posição de Hobbes se mostrando muito pelo contrario num Estado autoritário, exatamente igual à ilusão da neutralidade política iluminista. Ele realmente desconstrói, ou reformula, toda teologia política anterior, porém não para criar um Estado sem teologia política, mas pelo contrario criando uma em que a teologia política seria estruturada de tal forma que não pudesse ser questionada, uma teologia política que soaria como monstruosa, tamanho seu poder, o que justifica o nome do livro, e que sendo seguida a risca, poderia ser usada para abarcar todas as religiões. Note que o Estado de Thomas Hobbes é um Estado religioso, mas de uma religião que todos são forçados a

partilhar, talvez daí saia a ilusão de neutralidade por não ser uma religião Cristã, Mulçumana, ou qualquer outra conhecida, e por já estarmos necessariamente inclusos nela.

Em outro momento Schmitt comenta a perspectiva do milagre, que precisa ser eliminado por Hobbes, e salienta a importância dessa eliminação do milagre, para o pensamento moderno, racional, nas palavras de Schmitt para Hobbes “...o Estado é também o único em virtude de sua soberania que determina o que os súditos vão crer como prodígio e milagre.” (SCHMITT, 20??: p.52). e também que Hobbes tinha um certo agnosticismo em relação ao milagre dizendo que “ninguém pode saber com certeza se determinado fato é ou não milagroso” para Schmitt “Neste ponto é ele[Hobbes] que verdadeiramente inaugura o século XVIII.” (SCHMITT, 20??: p.53). Essa é mais uma das inaugurações, de Hobbes do iluminismo, ele desespirtualiza e racionaliza todo o cristianismo tirando ele de toda sua perspectiva transcendente clássica, deixando somente Deus, todos espíritos, demônios, Céu e Inferno, perdem o sentido na discussão tornando o debate bíblico puramente material, e a conclusão da vida cristã é alcançar o milênio em que Deus trará o reino dos céus e que ele será o soberano, até lá o verdadeiro ato cristão é seguir como um filho ao pai, às palavras do soberano.

Com certeza o maior engano em relação à leitura de Thomas Hobbes é achar que ele cria um Estado tolerante; não há tolerância, ele não admite conflito, isso não é tolerar a posição contrária, é não aceitar que ela seja colocada.

Afinal com tanta presença de um personagem divino, que é o Leviatã, por que se diz tanto que há uma secularização? A verdade é que essa palavra secularização só é usada para se referir ao livro Leviatã, porque com ele inicia a teologia moderna, e como advogo contemporânea, que se diz secular, ou não religiosa, em que o Estado determina o que são as coisas, o que é verdade e mentira, e determina como deve ser o agir do cidadão em público,

colocando cada vez mais para o privado a posição de contestação, ou crítica em relação ao agir social dominante. O termo secular é usado simplesmente para referir-se a esse afastamento do conflito em relação às religiões de menor grau(particulares) sendo simplesmente aceito como fato a religião do Estado. Enfim é um termo usado erroneamente já que não é uma secularização de fato. Ainda existe todas as características da religiosidade, só que é tirada do seu caráter próprio colocado pelas religiões tradicionais e estruturada de outra forma que se torna extremamente útil na construção do Estado moderno, uma visão materialista da realidade, onde é secularizado, ou profanado os objetos do sagrado das religiões dominantes, mas o sagrado é deslocado para outros pontos, como para a própria instituição estatal.

Parte II

A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

O homem é um ser político diria Aristóteles, mas essa não é uma percepção imediata para Sartre. Segundo Sartre apesar do homem ser um ser para-o-outro, a sua relação não se estrutura no nível político como o conhecemos hoje, mas muito mais no nível do conflito. Para Sartre o conflito é uma característica ontológica do ser humano e a política, a convivência, está no nível ôntico, algo que não é de fato fundamental, é superficial não se refere realmente à forma como os seres humanos existem, é algo livre de qualquer peso necessário ou de natureza, até o termo convivência já supõe algumas coisas complicadas

como a própria necessidade de supor que é uma con-vivência, ou seja viver com, mas precisa ser? Por que não matar?

A QUESTÃO DA LIBERDADE

O problema fundamental é a liberdade, esse é o problema da política, da ética humana, e certamente a causa da angústia e desconforto jurídico contemporâneo diante das consequências da sua própria ética.

Os homens não querem mais o Deus dos cristãos ou qualquer outro que se lhes apresente, mas também não querem assumir esse poder que de acordo com eles mesmos, foi dado aos deuses, assumir esse poder de volta é difícil demais, posto que, diria Nietzsche "Deus está morto. Deus continua morto. E nós o matamos." e continua “ não seremos forçados a tornarmo-nos deuses...?” (NIETZSCHE, 1981: p. 134), não há mais nada que seja o fiel da balança, existe eu e você, como deuses de nos mesmos, eu e você e uma escolha para ser tomada, existe dois caminhos e nada que justifique que se vá por esse ou por aquele, a não ser uma escolha vazia, assustadoramente vazia, angustiantemente vazia.

Para Sartre a capacidade de escolher, a liberdade, não tem essência¹³ e dela pode se dizer “o que disse Heidegger do Dasein em geral ‘ Nela a existência precede a essência e comanda a essência’.” (SARTRE, 1997: p.541) porque ela nos lança no vazio, e o vazio é o ser propriamente dito, diante da escolha o vazio se torna evidente, é uma abertura para o ser ou para o nada em última instância até porque “a liberdade é precisamente o nada...” (SARTRE, 1997: p. 545).

¹³ SARTRE(1997) P. 541

Só há ordem se alguém forçá-la, é essa uma consequência do raciocínio contemporâneo, se nos somos os deuses então a ordem depende absolutamente de nós, assim sendo, ela precisa em algum momento ser forçada. O campo da liberdade é o caos. O ambiente em que não há nem um tipo de limitação de outro ser humano para as liberdades humanas de todos os tipos é o caos social, moral, racional, esse é o ambiente puramente livre.

Senão é assim, se o natural é a ordem, então para que organizar? Naturalmente as coisas precisariam estar em ordem, a ordem seria o que acontece espontaneamente na realidade, não a desordem, mas o contrário é o que prevalece, a desordem é a condição em que os homens são encontrados, lançados numa natureza selvagem, numa existência mortal, precisam criar o Estado, precisam se limitar, porque os próprios semelhantes são também predadores.

Os homens mergulhados no caos, tentam criar círculos de ordem, tentam estruturar uma organização que os mantenha ao menos vivos, dado que se o caos natural se instaurar sua vida se torna absolutamente contingente, podendo ser tirada por qualquer um sob qualquer interesse. Hobbes previu isso e disse que os homens criaram o Estado exatamente para fugir da “guerra de todos contra todos” (HOBBS, 1974: p.75), fugir da crise de não ter nem uma autoridade sobre si. No entanto Hobbes genialmente quando estrutura seu pensamento sobre Estado sabe que é necessário algo maior para realmente dar aos homens um motivo para se manterem unidos, não adiantaria somente o pacto social e dizer que eles eram obrigados a cumprir esse pacto sob o risco de serem presos ou mortos, era necessário que os homens soubessem que aquele que estava no topo do pacto, o Leviatã, era o lugar-tenente de Deus na terra, a ordem precisava de um motivo metafísico para ter significado era necessário uma legitimação, algo maior do que a simples escolha de um líder. Isso já não existe mais, o Estado só permanece ainda porque ele encena, ele finge, age como se o que fizesse tivesse uma legitimação maior como havia na teoria de Hobbes, mesmo sabendo que na realidade

essa legitimação, de acordo com ele mesmo, não existe mais. O Leviatã que já era um monstro, mas ao menos tinha uma justificação “divina” para nos restringir, agora não tem nem uma justificação.

A ordem como é pensada hoje, o Estado, a família, todas estas instituições que de alguma forma mantêm certa organização, são uma distorção da realidade, Heidegger poderia dizer, são um esquecimento do ser. Levando as conclusões da política contemporânea, e daqueles que posteriormente à Nietzsche aceitaram os seus conceitos da morte de Deus sem aceitar o peso do niilismo que deriva dessas concepções, considerando isto, a ordem não se refere de fato à realidade nessa visão, ela, pelo contrário, refere-se a uma modificação humana na realidade caótica da liberdade pura, que é o estado de “natureza do homem”.

Os homens permanecem com a esperança dos pré-socráticos de entender qual é a *arché*, o princípio primeiro da realidade, em público dizem que não acreditam mais em princípios universais e fundamentais, mas usam as conclusões daqueles que acreditavam, fazendo uma colcha de retalhos de sua teoria ética e política.

Cada vez mais os contemporâneos vão se tornando mais contraditórios, porque se tornam mais enfáticos na visão de que não existe um fundamento último, um deus, uma metafísica fundante, que tudo realmente é construção social e histórica, mas ao mesmo tempo inexplicavelmente, fazem condenações morais, criam deveres, falam de atitudes absurdas e condenáveis como se fossem auto-evidentes e criticam duramente atitudes contrárias à sua visão.

A noção de anarquia é uma noção preciosamente condizente com a Filosofia contemporânea levada a sério, o prefixo *ana* é um prefixo de negação muitas vezes usado no sentido de separação, ou indicando ausência, a palavra *arché* significa princípio, ou origem. É precisamente essa a conclusão da Filosofia contemporânea, sem princípio, sem nada que

possa ser colocado como o fundamento originário. O que existia no início era só o caos, a sociedade é simplesmente um círculo criado pelos homens em volta do caos, mas como tudo que o homem cria, por sua própria finitude, é limitado, parcial e imperfeito. É claro que os anarquistas não gostam dessa tradução, eles até dizem “sem governo não quer dizer sem ordem”, não gostam dessa conclusão niilista de seu pensamento posto que o que eles querem é algo diferente do que está aí, não o caos, ninguém quer o caos, o que eles querem é simplesmente derrubar esse autoritarismo, fugir da coerção, como se houvesse um ambiente humano social que de alguma forma não fosse coercitivo. Já que não há bem nem mal, já que não existe autoridade, toda autoridade que aparecer é autoritarismo, até mesmo a autoridade do bom, do justo, da liberdade, qualquer coisa que tenda ou postule algo como bom, é necessariamente coercitivo e manipulador.

A liberdade é a evidência última do caos. Se tudo está no mesmo nível, e só existe minha escolha, não há nada que me impeça de me jogar de cima do prédio, ou de viver para fazer caridade, não há diferenças entre um estuprador de 15 crianças e Gandhi, não há justificativas racionais que diferenciem Hitler de Madre Teresa de Calcutá ou Jack o estripador de Cristo. São escolhas, vazias! Essa é a consequência perturbadora. É dessa conclusão que a política e todos nós fugimos. A liberdade é como o vento que leva uma folha para qualquer direção.

E o “pior”, soa mais ontológico¹⁴, escolhas que se aproximem do caos e da desordem do que aquelas que tentem reordenar, já que para reordenar acabam recorrendo a argumentos de má-fé (no sentido sartreano), recorrem a palavras que invocam espíritos de uma metafísica morta, como justiça, dignidade, humanidade, etc. ou ao fundamento metafísico diagnosticado por Hobbes como necessário, no caso Deus, fundamento que dizem ter abandonado. Soa mais ontológico, escolhas que se aproximem do caos porque é mais fácil estruturar uma escolha

¹⁴ Será usado sempre no sentido de fundante, referente ao ser mesmo, estrutural, originário, fundamental.

caótica sobre o caos, mas é um projeto hercúleo, titânico, construir uma escolha ordenada e harmônica sobre o caos, no fundo isso é impossível, mas mesmo tentar é difícil. Escolhas que supõe destruição de forma autêntica¹⁵. parecem mais próximas da verdade do que aquelas que tentam salvar o mundo ou mantê-lo.

A dramaticidade está em admitir que se a realidade não tem fundamento, ela de fato não pode ser fundamentada. Supostamente a contemporaneidade abandona a metafísica, e tudo que se põe abertamente como metafísica, mas não consegue ficar sozinho consigo mesma, ou seja com a sua liberdade, com o nada, precisando voltar para algum tipo de solo firme, de variadas formas ou no mínimo tenta nos seus discursos “construir um mundo melhor”! O difícil é assumir as conseqüências de um pensamento não metafísico em último nível. Deus está morto, mas é um cadáver extremamente incômodo, agora todo poder está nas mãos dos homens, mas infelizmente para o Estado, nas mãos de todos os homens, e agora todos são deuses.

Como estruturar uma política quando todos são iguais, em nível ontológico, e não há nada de fora para julgar entre eles? Somente escolhas casuais. Como condenar um igual, ou inocentar? Quem tem autoridade para julgar? Esse pensamento levado a sério é o fim do judiciário em sentido forte, agora ele pode existir somente como escolha deliberadamente arbitrária, autoritária, sem real legitimidade, tirânica no sentido que usamos essas palavras atualmente, mas se isso fosse realmente levado a sério, não poderia se quer falar mais em autoritarismo ou tirania, porque tudo ou nada poderia ser enquadrado nesses termos, já que não há nem uma base sobre a qual ser legítimo, também não faz sentido falar em ilegitimidade.

¹⁵ Reparem, no entanto, que a autenticidade dita aqui não se refere à sinceridade, posto que sinceridade também é má-fé, “*para que a má-fé seja possível é necessário que a própria sinceridade seja de má-fé.*” SARTRE(1997) P. 114/115, voltarei a esse ponto na conclusão.

Um pensamento não metafísico que não quer prender-se a nem um nível de metafísica, que rompeu com a cristandade, que é laico e não quer formular uma cristandade renovada, como se diz o pensamento contemporâneo acadêmico e político na maioria dos níveis, não deve tentar nos convencer de que em nível de princípios, os que preservam a vida sejam melhores do que os que a destroem, ou de que existe uma natureza humana, ou algo realmente justo ou injusto, ou que exista propriamente a pessoa humana, porque isso é necessariamente tentar ressuscitar os espíritos da metafísica morta, de forma hipócrita. Claro que não existe nem um problema em ser hipócrita se for assim, a questão é só que se torna evidente assim que vale tudo.

O relativismo se torna uma consequência inextirpável para um mundo sem chão, pois em última análise nem um edifício pode ser construído sobre um lugar que não tem chão, mas se há construções de prédios conceituais, que fique claro que todos os tipos de edifícios são iguais em nível racional, para serem construídos.

A política é uma escolha, não há nada que a determine, essa é a consequência que não parece poder ser evitada seguindo esse pensamento, não há nunca um dever de fato, todos os deveres e obrigações dos cidadãos em última estância são escolhas leves, que não tem nem um peso de necessidade ontológica são simplesmente escolhas, assim também todos os direitos são apenas escolhas de uma ou um grupo de pessoas, mas não são naturais, até porque nesse nível nem um tipo de formulação que precise falar de natureza humana vai se fundamentar, pois natureza humana como fundamento ético é um argumento classicamente religioso.

Por isso o peso metafísico de muitas palavras que na contemporaneidade perderam seu valor usual é inexplicável, palavras que são usadas de formas tão confusas, que o melhor seria não usá-las, porque o uso delas relembra um fundamento que a contemporaneidade diz não

ter. E não soa como acaso esse uso, soa muito mais como uma escolha deliberada de não assumir as conseqüências de um raciocínio relativista, é uma escolha de má-fé, uma tentativa de não assumir a dificuldade de passar para o plano prático explícito as teorias relativistas, não passar para o povo um discurso que seja puramente não metafísico, ou seja niilista, na prática. É uma escolha que tenta fugir de sua própria característica intrínseca como ser, livre, como nada, tentando criar algo externo que nos determine, algo que nos submeta, pelo qual nossa liberdade de escolha seja tolhida de alguma forma.

É difícil falar para as pessoas que o Judiciário não faz justiça, ou que aquelas garantias fundamentais na constituição deveriam ser escritas de outra forma, dando um exemplo, a frase que aparece no, *1º artigo da constituição*, que fala dos, veja bem, fundamentos da constituição¹⁶, *inciso III – a dignidade da pessoa humana*. Essa frase é tão mergulhada numa ontologia sem sentido para os dias atuais, que não tem nem uma justificação racional utilizá-la dessa forma, a não ser uma não assumir as conseqüências últimas da liberdade, e as características puramente ônticas de sua escolha. Por que ao invés de usar “dignidade” não se usa adequação a cultura atual? Ou então se não se quer usar muitas palavras porque não diz “dignidade, para a atualidade”? Não é evidente? O peso é infinitamente maior, quando se fala em dignidade sozinha, porque tira dela o caráter de escolha arbitrária, como se ela fosse auto-evidente, como se fosse externa aos seus falantes, mas essa auto-evidência e externalização para a contemporaneidade é absolutamente sem significado, tudo é digno para um ser humano, não há nada que fira a dignidade humana nesse nível que se evoca aqui, e também não há nada que deixe de ferir.

Alguns artigos depois no *artigo 5º inciso III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante*; nesse inciso a falta de sentido racional dos termos

¹⁶ Não entendo para que fundamentar a constituição com uma escolha arbitrária, criar fundamento sobre o nada, essa é a grande encenação.

atinge um nível ainda maior, porque usar termos como desumano? Se existe um tratamento desumano, existe algo como um tratamento humano, e o que seria um tratamento humano numa realidade sem fundamento? Qualquer coisa que a espécie humana faça é humano, assim sendo necessário desconsiderar o que se chamou de desumano. Fica evidente que se esta recorrendo a uma fundamentação que não existe mais. O termo degradante também é inexplicável, degradar é descer de graus um tratamento degradante para os seres humanos, teria que supor graus de humanidade, em que algo que fizesse o homem se sentir decaindo nesses graus seria degradante, mas que graus? Graus de que? Como dizer o que desce graus e o que sobe de forma não metafísica? É vazio de significado.

O PREÇO DA LIBERDADE

A liberdade é defendida no ocidente como um dos maiores bens que a humanidade poderia desejar, por ela milhões de litros de tinta foram gastos e muito, muito sangue foi derramado, vidas dedicadas a essa causa que sempre soou como a causa que devia ser defendida a todo custo, mas essa que é tida como a maior aspiração dos homens, pode ter um preço muito alto, como diz o ditado, “cuidado com o que deseja”.

Depois de matar Deus, os homens se vêem na encruzilhada frente à escolha dramática com dois caminhos possíveis, primeiro: assumir a divindade do cadáver, e assumir os valores criados como criação não como revelação de algo externo, e não como algo que é maior do que nos mesmos, assumindo assim sua liberdade absoluta, ou o segundo: dizer que deus realmente morreu, mas não abandonar os valores e as fundamentações que ele havia

concedido a humanidade e tudo permanecer como antes. A humanidade escolheu o segundo caminho, a questão é, nada é como antes, e com deus morto, jamais será novamente.

MacIntyre percebeu a gravidade da libertação, “O preço pago pela libertação do que parecia ser a autoridade externa da moralidade tradicional, foi a perda de qualquer teor de autoridade das candidatas a elocuções morais do recém-autônomo agente.” (MACINTYRE, 2001: p. 124) enfim livres! E agora?

O que talvez a contemporaneidade não tenha percebido é o grau avassalador das conseqüências de sua posição não fundamentalista, ou para usar argumentos históricos, do fracasso do projeto iluminista, ironicamente o fracasso provém exatamente do sucesso da libertação. A questão é que os homens cada vez mais percebem que não era isso o que eles queriam, pois o projeto de construir uma moralidade auto-evidente sem recorrer aos instrumentos da metafísica anterior, não deu certo, e cada vez mais, fica mais claro que não há como esse projeto dar certo, parafraseando Dostoiévsky, se deus morreu, tudo é permitido, talvez fossem as chamadas algemas que nos prendiam ainda à terra, agora simplesmente flutuamos no vácuo.

Os homens estão sós, mas isso tem um nível muito mais profundo do que possa parecer de início, estão sós num mundo selvagem, em última análise a única coisa que restou foi o caos, não há nem um tipo de cosmos, não há uma ordem, e essa crise vai se aprofundando e tomando proporções assombrosas.

O homem está absolutamente só jogado à própria sorte, como diria Renato Russo “Há tempos que... só o acaso estende os braços a quem procura abrigo e proteção¹⁷” e essa conclusão é excruciante, devastadora, só resta o acaso. O fortuito é o regente desse universo, tudo é simplesmente uma impressionante reunião de acasos, seguidamente repetidos, se há um

¹⁷ Legião Urbana (1999) – Há tempos. Faixa: 12.

“pai” maior do que nós certamente é essa combinação de dados lançados, uma combinação de acasos nos trouxe milagrosamente até o dia de hoje sem nem um motivo.

O argumento tirado da Biologia e Física é tão vazio que dói, por acaso aconteceu de existir uma lei, que está fundada também no acaso, que fez com que o Big Bang acontecesse, e assim alguns bilhões de anos depois aparece a terra como fruto de uma outra sucessão de acasos, e assim seguidamente até a chegada do ser consciente, o ser humano, simplesmente para que esse ser consciente pudesse entender que sua existência é um acontecimento puramente casual. Desgraçadamente evoluiu por acaso para ser capaz de olhar o nada. O homem passou grande parte de sua história se debatendo com a pergunta: “porque estamos aqui?” A resposta é: por nada, foi puro acaso.

Se realmente for assim então a única coisa a ser dita a toda essa combinação de acasos, é que tivemos um azar retumbante ao nascer.¹⁸

Outro aspecto interessante seguindo esse pensamento é que sendo assim, o mais “sábio” dos homens seria aquele que não tenta ficar perdendo tempo com justificativas porque justificativas é necessariamente um projeto fadado ao sucesso, absoluto, sempre. Tudo está totalmente justificado, porque não há nada, nenhum *telos*, nenhuma categoria que nos seja externa, nem um fundamento que nos sirva de chão. Por isso andar como se tudo que se faz já fosse justificado, de fato faz todo o sentido.

O preço da liberdade é alto, o preço da nossa carta de alforria é o fim de qualquer autoridade sobre a terra, não havendo bem nem mal, qualquer conselho é manipulação¹⁹, qualquer autoridade é autoritarismo, é o fim da política, do judiciário, do governo, da paternidade, é o fim de tudo que cheire a ordem ou a governo, ou a formação, é o fim da

¹⁸ Referência direta a ética negativa. Cabrera (2010)

¹⁹ porque se não há uma verdade, aconselhar é tentar direcionar a pessoa ao que você acredita.

educação, tudo isso no sentido forte de antigamente cai, o sentido auto-evidente cai, tudo isso pode permanecer, mas sem legitimidade última, permanece como uma pena sobre uma pedra, até o vento soprar, permanece como a escolha de suco de uva ao invés de suco de maçã, vale manipular, simplesmente porque vale tudo agora.

O NADA

Esse é o terror do qual a contemporaneidade tenta fugir, desse lugar devastado que se tornou o mundo pós-metafísica, o lugar onde a liberdade é uma condenação, e onde o ser aparece como um deserto vazio, amoralmente vazio, onde cabe tudo ou nada. Afinal como disse Sartre “estou condenado a existir para sempre para-além da minha essência, para-além dos móveis e motivos de meu ato: estou condenado a ser livre.” (SARTRE, 1997: 543).

Sartre flertou com o nada em seu livro “O ser e o nada”, assim como Heidegger com o seu “Ser e tempo”.

A angústia contemporânea que mais alimenta a assim chamada “crise da modernidade”, é propriamente a prevista por Sartre, quando diz que para os homens contemporâneos o medo de se aproximar de um lugar muito alto, não é medo de cair, é o medo de sentir que não há nada que o impeça de se jogar²⁰, é o medo da escolha realmente livre, e mais da escolha pelo nada, é o medo de ser colocado em uma situação em que fica evidente que não existe nada de determinante nem mesmo que defenda o maior bem dos homens, a própria vida.

²⁰ (SARTRE, 1997: ??).

Os contemporâneos fogem do niilismo porque a escolha é difícil demais, para ser feita, grave demais para ser levada a cabo, assumir o nada é morrer. Ou pior é viver, como se nada externo te impelisse a se matar, mas nada te impede também.

O nada é qualquer coisa, mas sendo tudo e qualquer coisa, expressa seu caráter, pode ser para a morte ou para a vida, não é determinista em nem um tipo de grau possível, por isso o suicídio não é consequência inevitável, no entanto ser mártir é uma escolha vazia, se matar é mais uma escolha vazia, assim como viver. É o fim da poesia dos heróis, é o fim dos mártires, porque agora fica evidente que a escolha deles é tão fútil, e sem significado quanto escolher azul, ao invés de preto, para usar hoje à noite no jantar.

O mais incoerente é que quando a contemporaneidade flerta com o niilismo, geralmente os acadêmicos ativistas, adoram, citam essa igualdade absoluta, essa capacidade do homem se auto-construir, essa liberdade definitiva, essa ausência de um Deus, como algo profundamente bom. Citam em políticas afirmativas, de todos os tipos, sem perceber as consequências “nefastas”, eles mesmos diriam, que invocar esses pressupostos causa à argumentação se for levados a sério de forma radical. E continuam levando palavras de Sartre na camisa dos seus movimentos. Invocar o relativismo é chamar o nada e depois de chamar o “monstro” para a mesa não há saída. Vale defender os negros, mas também vale assassiná-los, persegui-los, brutalizá-los, tudo no mesmo nível de argumentação, vale tudo.

A liberdade para Sartre não é uma conquista como querem os contemporâneos, mas uma condenação, “estou condenado a ser livre” (SARTRE, 1997: p.543). É um fardo extremamente pesado, tão pesado que todos fogem dela. Estamos presos a essa liberdade agora de forma definitiva, e quanto mais a filosofia contemporânea se aprofunda, mais afunda na areia movediça, no nada.

Mas na verdade a contemporaneidade já percebe o niilismo, como não perceber algo tão grande? Eles só não querem levá-lo as últimas conseqüências declaradamente.

O consumismo desenfreado do capitalismo moderno não seria possível se os seres humanos acreditassem em algo além daquilo que comprem, do que podem possuir. O seu desejo de ocupar com entes esse vazio ontológico, essa angustia que precisa ser afastada com mais e mais coisas, mais e mais experiências, mais viagens, mais sexo, essa fome insaciável do homem contemporâneo pelo novo que cada vez se torna maior, é a evidência máxima do niilismo em que ele já se percebe. É uma tentativa cada vez mais desesperada de esquecer o seu ser.

Voltando um pouco para demonstrar essa tese que apresento agora, os homens invocam palavras da metafísica anterior, e de fato gostariam que assim fosse que eles não pudessem mais transcender aqueles limites que eles mesmos invocaram como maior do que eles, que aquilo que chamaram de essência humana não pudesse ser ultrapassado pelos seus atos. Querem se coisificar, como a caneta em cima da mesa. Fazem isso quase como se fossem promessas de seguir aqueles ideais, mas as promessas não são o bastante, não há como esse ser que assume esse vazio se comprometer com promessas porque as promessas lhe são internas e ele pode quebrá-las, e não há nada de mais nisso, ninguém irá puni-lo, ele irá transcender o que ele chamar de natureza, seja o que for.

Por isso ao mesmo tempo que nos Direitos Humanos (DH) os homens anunciam aquilo que deveria ser algo externo a todos os homens e nações para determinar os limites, todos os Estados quebram deliberadamente todos os direitos humanos.

No próprio preâmbulo à carta dos DH é declarado que todos os direitos são inalienáveis, então vejamos, no **Artigo III**. *Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança*

pessoal.²¹ mesmo assim todos os países membros da ONU têm prisões onde a própria liberdade está suspensa, e o direito a vida é totalmente abandonado nos lugares onde há pena de morte, isso tudo em Estado de direito.

Quando o país está ou se aproxima do Estado de sítio (lei marcial) isso se aprofunda muito mais, o **Artigo V. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.**²² acaba sempre sendo suspenso em ambiente de guerra, ou lei marcial, ou quando em situação “supostamente” considerada de risco por algum grupo dominante. Nos Estados Unidos, por exemplo, depois do ataque de 11 de setembro de 2001 o congresso americano aprovou com ampla maioria nas duas casas em 26 de Outubro de 2001 o “*U.S.A. P.A.T.R.I.O.T. Act.*”²³ em que suspendia a maior parte dos direitos civis dos assim considerados terroristas, ou suspeitos de terrorismo, além de dar direitos aos militares de prender por tempo indeterminado sem direito a julgamento civil, torturar e também espionar cidadãos que possam ter ligação ou que sejam suspeitos de terrorismo. Desse ato surge a famosa prisão de Guantánamo.

Mas isso não é privilegio dos americanos todos os países do mundo desrespeitam o direito a vida, o direito a expressão, o direito a liberdade, e desrespeitam não simplesmente no campo prático, mas no próprio campo teórico no campo legal, desrespeitam constitucionalmente, criando leis de suspensão de direitos em situações limites, ou mesmo qualquer lei que inclua prisão.

Os direitos humanos pressupõe a vida como inalienável, no entanto dispõe dela em variadas situações, como se toda legislação e mesmo os DH, fizessem parte de uma grande

²¹ Declaração dos Direitos Humanos, vide **Outras Referências** no final deste trabalho.

²² Ibidem

²³ **Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act** of 2001, vide **Outras Referências**.

encenação onde quando se diz direitos inalienáveis não se quer realmente dizer isso, posto que é sempre possível aliená-los, depende só do interesse do governante, ou legislador.

Esse é propriamente um dos problemas da tentativa moderna de salvar uma moral afirmativa, como os DH, essa moral atual que afirma a vida, é simplória e frágil sendo posta em questão todo o tempo por seus mais fortes defensores, é uma moral sem seriedade, pode se dizer até hipócrita, para não dizer de má-fé, por sua deslavada contradição quando se trata de punir aqueles que feriram seus preceitos, a punição acaba sempre caindo na comparação, dando privilégios àqueles que não efetivaram o ato criminoso, considerando eles como ainda capazes de gozar os direitos humanos, sendo que os que efetivaram o crime estão abaixo desses que se supunha ser direitos pelo simples fato de um ser humano, ser humano, e exatamente porque nas “éticas afirmativas,..., a vida tem um “grande valor” (intramundaneamente contruído), mas a vida do outro corre sério risco” (CABRERA, 2010: p. 116). A vida é tão importante, tão importante que em defesa dela é possível fazer qualquer coisa inclusive matar. Assim como a liberdade que por ela vale prender. E sucessivamente. Essa contradição é uma das evidências mais claras que o ocidente não acredita no próprio chão que criou.

A natureza humana como classicamente interpretada pelos medievais tinha um tripé que estruturava os argumentos éticos e políticos em geral e nesse tripé se encontra a contradição máxima desse esquema pós-medieval,

“...a ‘natureza humana como é’ (a natureza humana em seu Estado sem instrução), é inicialmente discrepante e discordante dos preceitos da ética e precisa ser transformada pela instrução da razão prática e da experiência em ‘natureza humana como poderia ser se realizasse o seu telos’.” (MACINTYRE, 2001: p.100)

Na idade média essas três linhas se baseavam na revelação divina o que dava uma homogeneidade de interpretação, a natureza era dada por um criador, baseada em fé, e era instituída mais ou menos como seguir os preceitos bíblicos, assim a natureza era a regra da vida escrita por Deus. No entanto essa noção se perdeu depois da reforma com o advento da modernidade, e do iluminismo, mas mesmo nós, que nos dizemos pós iluministas continuamos querendo estruturar um “dever ser”, sem pressupor uma natureza no sentido forte, isso é um projeto de má-fé, aceita o poder divino como inquestionável, mas nega Deus.

Qualquer argumento moral que pressuponha um “dever ser” segue na linha do que MACINTIRE (2001, p.101) disse: “Dizer o que alguém deve fazer é, ao mesmo tempo, dizer qual tipo de ação irá nessas circunstâncias, de fato, conduzir ao verdadeiro fim do homem”, pois qualquer dever no sentido forte pressupõe um *telos*, baseado-se em uma estrutura religiosa abandonada, é o corpo de Deus sem vida, é um projeto de construção racional de um argumento ético fadado ao fracasso, porque os antigos fundamentos dele eram a fé, que os contemporâneos negam. Qualquer argumento político que se baseie nisso é um argumento incoerente consigo mesmo, e com o pensamento dito racional e não religioso, no entanto é esse tipo de ética que fundamenta as constituições e a política contemporânea.

Os homens querem impor limites a si mesmos, mas eles mesmos não conseguem respeitar os limites que impuseram, e sentem que se os respeitassem, tudo desmoronaria, os homens sentem que se seguissem a risca seus pressupostos éticos, escritos nos DH, seria o fim do Estado como o conhecemos atualmente, e ficam no impasse se abandonam definitivamente qualquer fundamento tudo desmorona, se acatam com seriedade os fundamentos construídos, tudo desmorona. É claro que tudo necessariamente sempre desmorona, não tem chão. O que ninguém percebeu é que já desmoronou, a contemporaneidade só não assumiu, e segue

sempre com a esperança de “quem sabe a próxima revolução nos salve” ou a espera de algo que nem mesmo sabe o que é.

Mergulhados numa descrença naqueles que são reconhecidos como os mais altos valores, nada deve ser levado a sério porque a seriedade nesse campo acaba levando a morte, ao suicídio, ou mesmo a falência do Estado, a política não pode trabalhar com essas possibilidades, então ela pressupõe argumentos éticos fortes, mas recua, como sempre recua nas consequências dramáticas que esses argumentos se levados a cabo provocariam em sua sociedade.

A política visualiza o niilismo de forma muito clara, sentindo que não pode assumir nada até as últimas consequências, sentindo que seu discurso nunca se tornará uma prática efetiva, mas sempre uma prática negociável, a política é o campo da diplomacia onde sempre é possível negociar mais uma vez, e tudo, absolutamente tudo, é negociável, essa é a expressão máxima do niilismo político.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi desde o princípio mostrar a não adequação contemporânea aos limites racionais que ela mesma construiu, e as intermináveis contradições que foram apresentadas tem por objetivo demonstrar que a suposta secularidade contemporânea, ou do Estado contemporâneo, só é secular em relação às religiões antigas, mais ainda tem em sua constituição fundamental o espírito religioso dos nossos antepassados.

Hobbes é fundamental para esse ensaio porque ele mostra que alguém(ou um grupo de pessoas), o Leviatã no caso, precisa decidir de fato de acordo simplesmente com suas próprias

idéias, ele evidencia o autoritarismo do Leviatã como indispensável desde o início. Ele também sabia da inseparabilidade da política e religião, e cada vez mais a política contemporânea tem se dado conta disso, por isso o Leviatã é tão válido para os dias de hoje, e a interpretação hobesiana soa tão condizente com a realidade atual. A questão é que contemporaneamente diferentemente da época do Leviatã, não temos um fundamento metafísico comum aceito, de onde o Leviatã edificaria sua metafísica, e sem um fundamento último para nortear as metafísicas, as escolhas do Leviatã soam angustiantemente arbitrárias, tirânicas e manipuladoras, mas sem algo ou alguém escolhendo arbitrariamente os fundamentos quais fundamentos teríamos? Estamos de fato condenados a tirania da metafísica política? Parece que sim.

A liberdade é a condenação máxima, é o próprio nada, o vazio em ato, sem nem uma determinação externa evidência todo o caráter caótico contemporâneo, e por ironia apesar de ser tão idolatrada, é precisamente o que nos deixa absolutamente sós diante do mundo vazio, da escolha sem peso algum, diante do nada.

As políticas contemporâneas na perspectiva desse trabalho são gnósticas, ou seja primeiro separam as atitudes do homem daquilo que ele crê, afinal o homem pode no foro íntimo acreditar em uma coisa, mas na prática ser obrigado pelo Estado a fazer outra e isso de forma alguma é ruim, tenha a fé que quiser no seu foro íntimo, mas na prática aja de acordo com a fé do Estado. A segunda perspectiva é a concepção das políticas contemporâneas de que suas visões são tão inquestionáveis que são praticamente revelações divinas, fora dessa visão não há salvação, Eric Voegelin ²⁴trabalhou extensamente nessa área precisamente afirmando que tanto o liberalismo quanto o marxismo, e suas eventuais modificações são baseados em princípios gnósticos principalmente na terceira perspectiva que é a do paraíso terrestre, ou a

²⁴ VOEGELIN(1979)

teoria dos três Estados, um Estado puro original, uma queda, e o retorno para o Estado puro, também trabalhado nesse ensaio.

Outra conclusão que se evidencia é que estamos lançados numa situação absolutamente impar na história da humanidade, em que o nosso vocabulário ético e político e mesmo jurídico perdeu seu fundamento, e pelo que tudo parece indicar jamais voltará a tê-lo como antes. A possibilidade de existir uma ética realmente na contemporaneidade repousa, angustiantemente, sobre a absoluta arbitrariedade e contingência do vazio de fundamento.

A teologia política, como o braço religioso da política, é algo que parece na interpretação ainda inicial deste ensaio, indispensável para a política, e que a perpassa estruturalmente, poderia citar quase toda a história da política como exemplo, e a contemporaneidade está citada nesse ensaio. O que torna extremamente perigoso o desejo contemporâneo de secularização, parecendo que se caminha para uma tentativa deliberada de ignorar, e fingir que não existem, as perspectivas gritantes da religiosidade estatal. Isso no futuro pode acarretar, e já tem acarretado, uma certa discriminação dos religiosos, e uma perseguição injustificada por suas práticas dentro do Estado, vide condenação francesa da burca, condenação europeia de símbolos religiosos em escolas públicas, entre uma série de outras situações semelhantes.

Obviamente a primeira objeção que se levantará ao trabalho como um todo, será a de que no nível acadêmico muitos concordam com o que foi dito aqui desde o princípio e será dito inclusive que isso é um senso comum na academia, que justiça, dignidade não existem, e que os direitos humanos são escolhas arbitrárias, que não há uma natureza humana obviamente, suando até ridículo, e repetitivo argumentar isso novamente. Apesar de ter dúvidas sobre isso, o foco do trabalho é outro, afinal não é isso que os presidentes, os políticos em geral, as constituições nacionais, os juizes, muitas vezes eles próprios acadêmicos, e que nós mesmos

fazemos quando usamos esses termos como auto-evidentes, como independentes de um contexto metafísico morto já há muito tempo. Está dito que a contemporaneidade abandonou a metafísica, no entanto isso não se comprova em nem uma instância da política, o que faz com que seja preciso re-analisar todo esse suposto “abandono”, e como ele se deu, e se de fato ele se deu em todos os níveis ou como advogado por esse trabalho foi um simples abandono do “Deus” já desgastado pelo cristianismo para o encontro de uma metafísica igualmente rígida, mas absolutamente não assumida por ninguém²⁵. Como disse o *insensato* de Nietzsche “é preciso tempo para as ações mesmo quando foram efetuadas, serem vistas e entendidas.”(NIETZSCHE, 1981: p.134). Os homens mataram Deus, é ridículo repetir isso, mas ainda não entenderam, e parece que não estão nem um pouco dispostos a entender, o impacto, a profundidade, e as conseqüências de seus atos, ainda é muito cedo.

Sendo acusado ninguém tem metafísica, então olhemos as próprias ações contemporâneas para enxergarmos nela a ausência ou presença dela. Assim sendo fica evidente sua presença. Agora surge a segunda questão, quem a criou? Já que não temos Deus. A resposta é os homens. Foi criada por seres ontologicamente iguais a mim, qualquer um pode questioná-las estruturalmente. Não há nada de externo, nada além. Isso é grave para a política, que tenta repetitivamente usar conceitos éticos como auto-evidentes exatamente porque se eles não são auto-evidentes, se são relativos toda a estrutura se relativiza também.

Em nenhum momento esse trabalho teve por objetivo a sinceridade por parte da contemporaneidade em relação as suas próprias teses (olhe a nota 15), afinal a sinceridade seria uma forma da contemporaneidade se fazer uma coisa, no imediato momento em que se torna transcendente daquela coisa, e a supera, sendo assim a sinceridade é uma fuga, de má-fé. A questão aqui é autenticidade, e a política contemporânea só seria autêntica, se entendesse

²⁵ Chegamos aqui até a piada da contemporaneidade, quando pressionado ninguém tem metafísica, mas se não perguntar pode-se facilmente identificá-la. Ultimamente tem se transformado no contrario as pessoas assumem que tem metafísica, mas não assumem o caráter arbitrário de sua escolha metafísica ultima.

toda a sua contingente teologia política, se fosse uma política que assume os homens e toda sua estrutura, como nada, as escolhas como absolutamente livres, e arbitrárias, toda construção sobre natureza como algo absolutamente passível de ser transcendido e tudo nas leis e jurisdições como simples escolhas vazias de fundamento.

A Teologia Política arbitrária é o que sobra ao Estado contemporâneo. O vazio da arbitrariedade absoluta é o que resta. Isso somos nós, isso é a política. Afinal somos ou não contemporâneos? Ou será melhor voltarmos para a modernidade? Parece que essa resposta já foi dada a muito tempo, a política parece nunca ter tentado realmente sair da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- CABRERA, Julio. **Diário de um Filósofo no Brasil**. Ijuí, RS: Unijuí, 2010.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 2 ed, São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- MACINTYRE, Alasdair. **Depois da Virtude**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **A Gaia Ciência**. São Paulo, SP: Hemus, 1981
- SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Petrópolis, RJ : Editora Vozes Ltda, 1997.
- SCHMITT, Carl. **El Leviathan en la Teoria Política del Estado de Hobbes**. Argentina: Struhart & Cía. 20??²⁶.
- SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- VOEGELIN, Eric. **A Nova Ciência da Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil, 26ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, 2008
- Declaração dos Direitos Humanos, site: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php , Acesso em: 26/01/11
- Legião Urbana – Há Tempos, Álbum: Acústico MTV, Gravadora: EMI, 1999
- USA PATRIOT Act : http://en.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act , Acesso em: 26/01/11

²⁶ Não há informações no livro sobre a data de publicação, mas supõe-se que é dessa década passada.